



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Projeto nº 363/12

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, ao Provopar, do imóvel que especifica.

**Art. 1º.** Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense), do 1º Bloco do Prédio localizado no imóvel constituído pelo Lote 3, com 3.638,00 m², conforme descrito na Transcrição sob nº 36.990, do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

**Art. 2º.** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de Inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento do PROVOPAR, retomando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º.** A presente cessão terá vigência até 26 de junho de 2015, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 17 de julho de 2012.

  
CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 06 AGO 2012

1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 24/07/2012

Presidente



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM  
Nº 040 /2012

Curitiba, 17 de julho de 2012



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense), do 1º Bloco do Prédio localizado no imóvel constituído pelo Lote 3, localizado na Rua Hermes Fontes, 315, bairro Batel, nesta Capital, com área de 3.638,00 m², descrito na Transcrição nº 36.990, do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

A medida ora proposta atende aos elevados interesses públicos, eis que o PROVOPAR utilizará o referido imóvel como sede administrativa, bem como na aplicação de cursos para menores aprendizes.

Vale mencionar ainda que no texto do anteprojeto de lei em referência constam dispositivos expressos no sentido de que a vigência da cessão será até 26 de junho de 2015, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes e que o referido imóvel retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa da prevista.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot.nº 11.354.714-6



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 363/12**

**Projeto de Lei nº 363/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.040/12**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, ao Provopar, do Imóvel que especifica.

**EMENTA:** CESSÃO DE IMÓVEL AO PROVOPAR. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ART. 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 040/2012, visa autorizar o Poder Executivo a ceder ao PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) o 1º Bloco do Prédio localizado no imóvel constituído pelo Lote 3, com 3.638,00m², conforme descrito na transcrição sob nº 36.990, do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Arl. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

**Arl. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifa nosso)**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.





**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, observe-se:

**Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:**

**I - De bens imóveis para:**

**g) direito real de uso quando destinada a outro órgão ou entidade da Administração Pública;**

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:**

**f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 09  
*[Assinatura]*

A jurista Hely Lopes Meirelles leciona que "a cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convenclonadas com a Administração cedente"<sup>1</sup>.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

---

<sup>1</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 33, ed., p. 528.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 10  
*AA*

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2012.

*[Signature]*  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

*[Signature]*  
DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR

**APROVADO**

*Unanimidade 11/102*





## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 363/2012

Projeto de Lei nº 363/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 040/12

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, ao Provopar, do imóvel que especifica.

### I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 363/12, de autoria do Poder Executivo tem por escopo autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão, ao Provopar, do 1º Bloco do Prédio localizado no imóvel constituído pelo Lote 3, com 3.638,00 m², conforme descrito na transcrição sob 36.990 do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 363/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto atende ao interesse público, utilizando-se do referido imóvel como sede administrativa para o Provopar, bem como na aplicação de cursos para menores aprendizes. Constan ainda no projeto dispositivos de que a vigência será até 26 de junho de 2015, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes, e que o imóvel retornará ao patrimônio em caso de destinação diversa.

Cumpra a nós destacar que “Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”, nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

É evidente destacar o benefício que tal proposta estará gerando a população, é um trabalho pelo bem comum que após esta análise realizada, passa a ter apoio dos membros desta comissão.

### IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta está adequada à norma legislativa e sem qualquer impedimentos para seguir sua tramitação.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 363/12, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 21 de agosto de 2012.**

**MARCELO RANGEL**

**Presidente da Comissão**

**Francisco Buhrer**

**Relator**

DL

Fls. 13

SEP

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ALEP E ASSUNTOS MUNICIPAIS



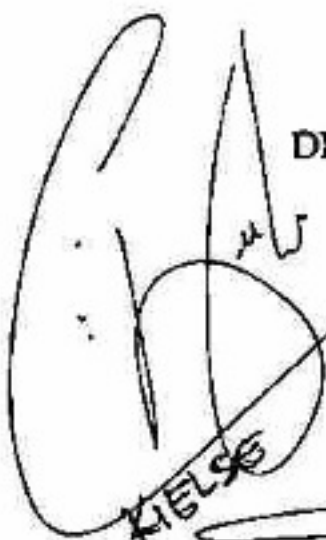

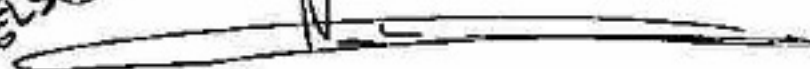
**PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 363/12**

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão, ao Provopar, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a opinar, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 2012.

  
DEPUTADO NELSON GARCIA  
Presidente  
  
Relator  
  
KIELSE  
  
PASTOR EIZEN  
  
WERVEN



Súmula: Dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 16.311, de 15 de dezembro de 2009.

~~PROJETO DE LEI~~ PROJETO DE LEI

Nº 364/12

Art. 1º. Fica retificado o art. 1º da Lei nº 16.311, de 15 de dezembro de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

\*Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio da Universidade Estadual de Maringá, autorizado a efetuar a doação ao Município de Maringá, de área com 26.318,71 m², sob matrícula nº 9.090, da 3ª Serventia Registral da Comarca de Maringá, conforme as seguintes áreas de terras:

- a) faixa de terras com 3.815,22 m², destacada do Lote 47, 48, 49, 43, 64, 65, 50 e 51, subdivisão dos Lotes 21 a 24 da Gleba Patrimônio Maringá, destinada à abertura da Rua Cristal;
- b) faixa de terras com 4.092,16 m², destacada do Lote 61 e 62, subdivisão dos Lotes 21 a 24 da Gleba Patrimônio Maringá, destinada à abertura da Rua Cristal;
- c) faixa de terras com 4.356,47 m², destacada do Lote 136/15-A, da Gleba Ribeirão Maringá, destinada ao alargamento da Rua Professor Lauro Eduardo Wernick;
- d) faixa de terras com 10.688,60 m², destacada do Lote 138 e 138-A, da Gleba Ribeirão Maringá, destinada ao alargamento da Rua Professor Itamar Orlando Soares;
- e) faixa de terras com 54,04 m², destacada da Data 06, da Quadra 01, da denominada Vila Moema, destinada à abertura da Rua Cristal;
- f) faixa de terras com 35,38 m², destacada da Data 07, da Quadra 01, da denominada Vila Moema, destinada à abertura da Rua Cristal;
- g) faixa de terras com 54,84 m², destacada da Data 11, da Quadra 01, da denominada Vila Moema, destinada à abertura da Rua Cristal;
- h) faixa de terras com 50,90 m², destacada da Data 12, da Quadra 01, da denominada Vila Moema, destinada à abertura da Rua Cristal;





- l) faixa de terras com 60,89 m<sup>2</sup>, destacada da Data 13, da Quadra 01, da denominada Vila Moema, destinada à abertura da Rua Cristal;
- j) faixa de terras com 75,49 m<sup>2</sup>, destacada da Data 03, da Quadra 07, da denominada Vila Moema, destinada à abertura da Rua Cristal;
- k) faixa de terras com 317,32 m<sup>2</sup>, destacada da Data 11, da Quadra 07, da denominada Vila Moema, destinada à abertura da Rua Cristal;
- l) faixa de terras com 135,30 m<sup>2</sup>, destacada da Data 12, da Quadra 07, da denominada Vila Moema, destinada à abertura da Rua Cristal;
- m) faixa de terras com 198,69 m<sup>2</sup>, destacada da Data 13, da Quadra 07, da denominada Vila Moema, destinada à abertura da Rua Cristal;
- n) faixa de terras com 231,63 m<sup>2</sup>, destacada da Data 14, da Quadra 07, da denominada Vila Moema, destinada à abertura da Rua Cristal;
- o) faixa de terras com 264,58 m<sup>2</sup>, destacada da Data 15, da Quadra 07, da denominada Vila Moema, destinada à abertura da Rua Cristal;
- p) faixa de terras com 87,63 m<sup>2</sup>, destacada da Data 01, da Quadra 08, da denominada Vila Moema, destinada à abertura da Rua Cristal;
- q) faixa de terras com 0,21 m<sup>2</sup>, destacada da Data 12, da Quadra 08, da denominada Vila Moema, destinada à abertura da Rua Cristal;
- r) faixa de terras com 5,01 m<sup>2</sup>, destacada da Data 13, da Quadra 08, da denominada Vila Moema, destinada à abertura da Rua Cristal;
- s) faixa de terras com 1.182,57 m<sup>2</sup>, destacada da Data 01, da Quadra 90, da Zona 07, destinada ao alargamento da Rua Professor Lauro Eduardo Werneck;
- t) faixa de terras com 179,52 m<sup>2</sup>, destacada da Data 02, da Quadra 90, da Zona 07, destinada ao alargamento da Rua Professor Lauro Eduardo Werneck;
- u) faixa de terras com 178,61 m<sup>2</sup>, destacada da Data 03, da Quadra 90, da Zona 07, destinada ao alargamento da Rua Professor Lauro Eduardo Werneck;
- v) faixa de terras com 253,67 m<sup>2</sup>, destacada da Data 04, da Quadra 90, da Zona 07, destinada ao alargamento da Rua Professor Lauro Eduardo Werneck."

**Art. 2º.** O art. 2º da Lei nº 16.311, de 15 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de Inalienabilidade, será usado, exclusivamente, para a abertura da Rua Cristal, alargamento e duplicação da Rua Lauro Eduardo Werneck e alargamento e prolongamento da Rua Professor Itamar Orlando



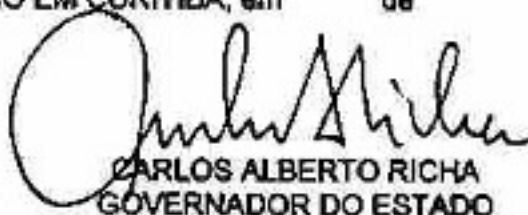


GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

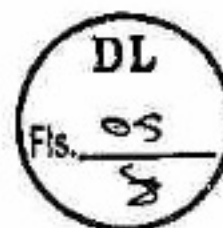
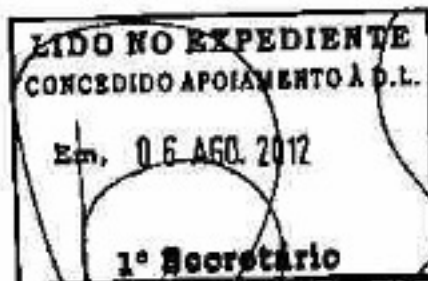
Soares, vias de acesso ao campus universitário, retomando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa."

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando mantidos os demais dispositivos da Lei nº 16.311, de 15 de dezembro de 2009, revogando as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em            de            de 2012.



CARLOS ALBERTO RICHÁ  
GOVERNADOR DO ESTADO



MENSAGEM Nº 041/2012

Curitiba, 20 de julho de 2012

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.

Em 24/07/2012

Presidente

Senhor Presidente,

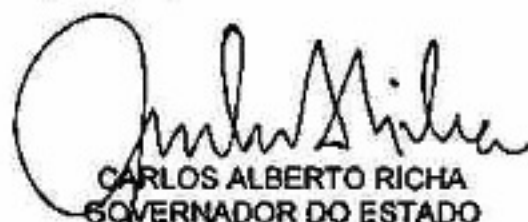
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 16.311, de 15 de dezembro de 2009, que autorizou o Poder Executivo, por meio da Universidade Estadual de Maringá, efetuar doação de imóvel ao Município de Maringá.

A presente proposta visa alterar dispositivos que autorizou o Poder Executivo, por meio da Universidade Estadual de Maringá, a efetuar doação de imóvel ao Município de Maringá, para a duplicação da Rua Lauro Eduardo Wemeck, uma das vias de acesso ao campus universitário.

Ocorre que, conforme informação do Senhor Reitor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), existem na lei incorreções em relação à especificação das áreas a serem escrituradas em doação, o que torna ineficaz a autorização ali contida e, bem assim, impossibilita a realização da correspondente escritura.

Por último, vale mencionar que fica mantida a cláusula de inalienabilidade e que o imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para a abertura da Rua Cristal, alargamento e duplicação da já mencionada Rua Lauro Eduardo Wemeck e alargamento e prolongamento da Rua Professor Itamar Orlando Soares, vias de acesso ao campus universitário, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
N/CAPITAL  
Prot. 11.341.763-3



Lei nº. 16311

Data 15 de dezembro de 2009

Súmula Autoriza o Poder Executivo, por meio da Universidade Estadual de Maringá, efetuar doação do imóvel que especifica, ao Município de Maringá.

*A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

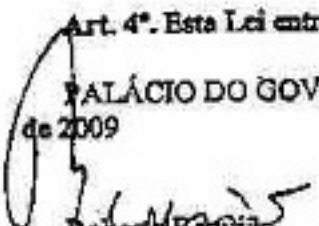
Art. 1º. Fica o Poder Executivo, por meio da Universidade Estadual de Maringá, autorizado a efetuar a doação, ao Município de Maringá, a área com 26.938,02 m², parte do Lote nº 136/15-A, com área de 95.271,88 m², sob Matrícula nº 9.090, da 3ª Serventia Registral da Comarca de Maringá.

Art. 2º. O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado, exclusivamente, para a duplicação da Rua Lauro Eduardo Werneck, uma das vias de acesso ao campus universitário, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º. As despesas decorrentes do desmembramento necessário correrão à conta do Donatário.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 15  
de dezembro de 2009

  
Roberto Requião  
Governador do Estado

Maria Marta Renner Weber Lunardon  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Rafael Iatauro  
Chefe da Casa Civil



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**



**PARECER AO PROJETO DE LEI 364/12**

**Projeto de Lei nº 364/12**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 041/2012**

**Súmula:** Da nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 16.311, de 15 de dezembro de 2009.

**EMENTA:** ALTERAÇÃO DA LEI Nº 16.311 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO POR MEIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ A EFETUAR DOAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA AO MUNICÍPIO DE MARINGÁ INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO, ARTs. 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP, ARTs. 10 E 65 DA CE, ART. 17 DA LEI Nº 8.866/93, LC Nº 95/98, POSSIBILIDADE, LEGITIMIDADE AFERIDA, CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 041/2012, visa à alteração lei nº 16.311 de 15 de dezembro de 2009 com a finalidade de proceder a duplicação da Rua Lauro Eduardo Werneck, uma das vias de acesso ao campus universitário.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

D. L.  
Fls. 09  
AM

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 45. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Resalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifos nossos)

Dessa forma, como a doação já foi realizada e sancionada através da Lei Estadual nº 16.311 de 15 de dezembro de 2009 e, neste momento, apenas altera-se a referida lei para proceder a ratificação da área, respeitando o cláusula de inalienabilidade, observa-se que estão presentes todos os requisitos legais e constitucionais.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**



Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e da técnica legislativa.

Curitiba, 14 de agosto de 2012

NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

HERMAS BRANDÃO JUNIOR  
RELATOR

**APROVADO**  
unanimidade 14/08



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 364/2012**

**Projeto de Lei nº 364/2012**

**Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 041/12**

**Súmula: Dá nova redação aos artigos  
1º e 2º da lei nº 16311/09.**

### **I - PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 364/12, de autoria do Poder Executivo tem por escopo dar nova redação aos artigos 1º e 2º da lei nº 16311 de 15 de dezembro de 2009, o qual refere-se à doação de imóvel ao município de Maringá e dá outras providências.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 364/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto visa alterar dispositivos que autorizou o Executivo, por meio da UEM, a efetuar a doação de imóvel ao município de Maringá, com o intuito de duplicar a Rua Lauro Eduardo Werneck, uma das vias de acesso ao campus da supracitada instituição. Acontece que de acordo com a reitoria da UEM existem incorreções na lei, que tornam ineficaz a autorização impossibilitando a realização da correspondente escritura.

Ainda vale mencionar que continua mantida a cláusula de inalienabilidade e que o imóvel será utilizado para a abertura da Rua Cristal, alargamento e duplicação da Rua Lauro Eduardo Werneck, alargamento e prolongamento da Rua Professor Itamar Orlando Soares e vias de acesso ao campus universitário, retornando ao Estado em caso de destinação diversa.

Cumprе a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

É evidente destacar o benefício que tal proposta estará gerando a população, é um trabalho pelo bem comum que após esta análise realizada, passa a ter apoio dos membros desta comissão.

### IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta está adequada à norma legislativa e sem qualquer impedimentos para seguir sua tramitação.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 364/12, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 21 de agosto de 2012.**

*PAISAN PACIUK*  
*TEBRO*

**MARCELO RANGEL**  
Presidente da Comissão

**Adelino Ribeiro**  
Relator